



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS - SEFIS/DEA/CGPLAM/DLOG/PF

LICIT. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 15344685/2020-SEFIS/DEA/CGPLAM/DLOG/PF

Processo nº 08206.001312/2017-92

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, e assistência técnica em 1 elevador, marca Atlas Schindler, com fornecimento de: mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de reposição imediata, insumos, peças e componentes genuínos dos respectivos fabricantes, necessários para a execução dos serviços no edifício do DTI Polícia Federal, localizado no Setor Policial Sul – Brasília- DF, conforme condições, quantidades estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Serviços técnicos de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, e assistência técnica em 01 elevador, marca Atlas Schindler e 02 elevadores da marca Orona, com fornecimento de: mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de reposição imediata, insumos, peças e componentes genuínos dos respectivos fabricantes,	16691	Unidade	1	R\$ 47.804,99

1.1.1. Tratando-se de um contrato de manutenção, é composto por mão de obra e peças de reposição. A mão de obra é um valor fixo do custo, sendo pago mensalmente a contratada, a estimativa para a reposição de peças é um valor que só é pago quando determinado componentes precisar ser substituído, tratando-se de um custo variável. Os valores orçados para mão de obra e peças são descritos nos anexos III e V:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1	Mão de Obra	R\$ 17.615,85
2	Peças de reposição	R\$ 30.189,14
3	Total	R\$ 47.804,99

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra. Também é compreendido como um serviço comum de engenharia.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, uma vez que o modelo de contrato prevê a aferição mensal dos serviços, que se subdividem em mão de obra e peças de reposição. a mão de obra é verificada pelo fiscal atestando a presença do contratado no local e a verificação de seu efetivo serviço, enquanto as peças de reposição são aplicadas segundo cronograma previsto ou conforme a necessidade devidamente demonstrada. tanto a mão de obra quanto as peças terão o quantitativo efetivamente aplicado no corrente mês demonstradas, desta forma, a melhor adequação ao regime de empreitada por preço unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 meses, com base no artigo 57, II, da lei 8.666. de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, documento 18031636

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares 18031636. A descrição do equipamento objeto do serviço do contrato está no ANEXO I - Descrição do elevador, a descrição das rotinas periódicas de serviço a serem executados estão no ANEXO II - Plano de manutenção e as peças com maior previsibilidade de uso estão no ANEXO IV - LISTAGEM DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO. Os demais aspectos da solução estão descritas neste termo de referência.

3.2. Tratando-se de um contrato de manutenção, é composto por mão de obra e peças de reposição. A mão de obra é um valor fixo do custo, sendo pago mensalmente a contratada. A estimativa para a reposição de peças é um valor que só é pago quando determinado componente precisar ser substituído, tratando-se de um custo variável. Parte do valor das peças de reposição é previsto como parte dos serviços de manutenção preventiva, que estão relacionados ao cronograma do anexo II – Plano de manutenção, enquanto que outra parte do valor é designada à atender as eventualidades, às demandas de peças que podem surgir com eventos inesperados.

Os valores orçados para mão de obra e peças são descritos nos anexos III e V:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Valor
1	Mão de obra	R\$ 17.615,85
2	Peças de reposição	R\$ 30.189,14
3	Total	R\$ 47.804,99

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, de forma contínua, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, nos termos do Decreto nº 10.024/2019, assim definidos os serviços cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente fixados pelo Edital, por meio de especificações usuais do mercado.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Os serviços serão prestados no edifício DTI, localizado dentro do complexo da Polícia Federal no setor Policial – Brasília DF, e também no edifício do COT, localizado dentro do complexo da Polícia Federal no setor Policial – Brasília DF, cujos horários de funcionamento é 07:00 as 19:00, com a existência do plantão operando ininterruptamente.

5.1.2. Os elevadores que compõe o sistema de transporte vertical que serão mantidos pela contratada são descritos no Anexo I – Descrição dos elevadores.

5.1.3. A manutenção a ser realizada deve seguir as rotinas e procedimentos descritos no Plano de Manutenção – Anexo II.

5.1.4. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- a) Às disposições legais da União e do Governo do Distrito Federal;
- b) Às normas e especificações constantes deste caderno;
- c) Às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- d) Às normas da ABNT;
- e) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- f) Às práticas SEAP;
- g) Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:
 - h) NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
 - i) NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
 - j) NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
 - k) NR-23: Proteção Contra Incêndios.

5.1.5. Os serviços são classificados como serviços continuados sem exclusividade de mão de obra.

5.2. Equipe técnica:

5.2.1. Para fins de execução dos serviços descritos, a CONTRATADA disponibilizará quantitativo de recursos humanos de seu quadro, nas categorias profissionais constantes abaixo:

a) PROFISSIONAL (Técnico (s) eletromecânico (s)): Profissional com ensino médio completo ou equivalente, com curso técnico específico em manutenção de elevadores, com certificado de capacitação, fornecido pelo fabricante ou empresa credenciada do mesmo, com registro no CREA e experiência em suas respectivas áreas comprovada na carteira de trabalho.

b) PROFISSIONAL SUPERVISOR DE MECÂNICA: Profissional formado (s) em Engenharia Mecânica, com cursos específicos em manutenção de elevadores, com certificado de capacitação, fornecido pelo fabricante ou empresa credenciada do mesmo, com registro no CREA e experiência em suas respectivas áreas comprovada na carteira de trabalho e comprovada mediante Certidão de Acervo Técnico. O (s) Engenheiro (s) Mecânico (s) será (ão) o (s) coordenador (es) dos trabalhos. Deverá (ao) realizar uma visita mensal de no mínimo 02 (duas) hora de duração, durante o horário de expediente da CONTRATANTE, e sempre que o profissional técnico não for capaz de solucionar os problemas existentes. Deverá (ão) apresentar o Relatório de Supervisão Mensal nessa visita.

c) PROFISSIONAL SUPERVISOR DE ELÉTRICA: Profissional formado (s) em Engenharia Elétrica, com cursos específicos em software de controle de gerenciamento eletrônico e circuitos elétricos, com certificado de capacitação, fornecido pelo fabricante ou empresa credenciada do mesmo, com registro no CREA, e experiência em suas respectivas áreas comprovada na carteira de trabalho e comprovada mediante Certidão de Acervo Técnico. Deverá realizar uma visita mensal de no mínimo 02 (duas) horas de duração, durante o horário de expediente da CONTRATANTE, e sempre que o profissional residente não for capaz de solucionar os problemas existentes, devendo auxiliar na coordenação dos trabalhos, referente à parte elétrica, eletrônica, de controle e gerenciamento.

5.3. Condições da prestação do serviço:

5.3.1. A CONTRATADA deverá registrar no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia o contrato proveniente deste certame assim como a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelos serviços objeto das presentes especificações, em nome de engenheiro devidamente qualificado para esse fim, pertencente ao seu quadro técnico permanente.

5.3.2. A licitante vencedora deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica-operacional devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por estes Conselhos, que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, atividades semelhantes em características às do objeto, quais sejam: manutenção preventiva e corretiva de elevador, com casa de máquina, linha VVVF, máquina de tração sem engrenagem, capacidade mínima de 900 kg e velocidade mínima de 150m/min.

5.3.3. A equipe técnica da CONTRATADA deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços. Caberá à CONTRATADA o fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual à sua equipe técnica.

5.3.4. os representantes da fiscalização e toda pessoa autorizada por ela terão livre acesso a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais peças e equipamentos relativos aos serviços, ainda que nas dependências da contratada.

5.3.5. A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, quando julgar necessário ou conveniente à boa execução dos serviços contratados.

.

5.3.6. A CONTRATADA cuidará para que toda a área sob sua responsabilidade (casas de máquinas e outras) permaneça sempre limpa e organizada.

5.3.7. A critério da FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá apresentar os materiais substituídos ou, antes, solicitar ou aguardar autorização prévia, para que seja verificada a necessidade real da substituição ou reparo do material ou equipamento.

5.3.8. Os materiais a serem empregados devem ser de ótima qualidade, sendo que a FISCALIZAÇÃO poderá recusar aplicação de substitutos que julgar não convenientes à manutenção de desempenho ou vida útil dos equipamentos e sistemas.

5.3.9. Materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, devendo a CONTRATADA providenciar para estas áreas os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes.

5.3.10. É de responsabilidade exclusiva do licitante a definição do quantitativo e da remuneração da equipe técnica a ser alocada na contratação, devendo, para tanto, ser observado o ANS (Acordo de Nível de Serviços) que servirá de apuração para efeito do pagamento das faturas. Todavia, para efeito de estimativa e provisão orçamentária, a Administração propõe a seguinte composição, para custo mensal de mão de obra para o elevador.

5.4. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.5. Nome de engenheiro devidamente qualificado para esse fim, pertencente ao seu quadro técnico permanente.

5.6. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 18:00 horas

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Serviço de mão de obra com valor fixo previsto: será avaliado mensalmente de acordo com as avaliações do nível de serviço;

7.1.2. Peças de reposição: serão adquiridas conforme a necessidade de sua utilização e mediante solicitação da contratada à fiscalização.

7.2. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a celebração do contrato.

7.3. O local de execução dos serviços será o edifício do DTI Polícia Federal, localizado no Setor Policial Sul – Brasília- DF, e edifício do COT, localizado dentro do complexo da Polícia Federal no setor Policial – Brasília DF

7.4. As rotinas e periodicidade de manutenção preventivas estão descritas no ANEXO II - Plano de manutenção.

7.5. Dos serviços de manutenção corretiva e seus prazos:

7.5.1. As solicitações de serviços de manutenção corretiva serão feitas por meio de Ordens de Serviço e o atendimento dessas deverá iniciar-se de acordo com os prazos definidos no item 10.5.3 deste Termo de Referência.

7.5.2. Caso as Ordens de Serviço sejam encaminhadas após o final do expediente, o atendimento delas iniciar-se-á no dia útil seguinte, no mesmo prazo previsto no item 10.5.3, com exceção da alínea “a” do item.

7.5.3. O não atendimento dos prazos individuais seja ou por produtividade abaixo da expectativa da mão de obra, ou por serviço não realizado a contento, ensejará a substituição dos empregados disponibilizados, sem prejuízo das penalidades previstas em contrato, inclusive multas.

7.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nesse Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da

Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será fiscalizada por representante da CONTRATANTE, ao qual caberá a atestação das faturas dos serviços prestados. A análise prévia da documentação fiscal, trabalhista e previdenciária caberá à ao setor de contratos competente.

8.1.1. A comunicação entre contratante e contratado deverá ser realizada, preferencialmente, por correio eletrônico.

8.1.2. A aferição/medição dos serviços será realizada pela fiscalização com base nas seguintes diretrizes:

Mão de obra mensal prevista	Peças de reposição
Serão avaliadas mediante apresentação dos relatórios de manutenção, presença verificada do prestador de serviço no local, pela rapidez no atendimento de chamados e ordens de serviço abertas e concluídas.	Serão medidas após a instalação e verificação do correto funcionamento pela fiscalização

8.1.3. Os mecanismos de controle que serão utilizados para fiscalizar a prestação dos serviços estão estabelecidos no item 5 do anexo VI – Instrumento de medição de resultado.

8.1.4. O método de avaliação da conformidade dos produtos será a verificação das especificações usando como padrão os componentes designados pelo fabricante dos elevadores.

8.1.5. As sanções contratuais estão detalhadas no item 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Dos Materiais:

9.1.1. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de consumo, peças de reposição (mediante ressarcimento), componentes e/ou acessórios, necessários à operação, conservação e limpeza do elevador cuja manutenção seja objeto deste termo de referência.

9.1.2. Entende-se por materiais de consumo aqueles necessários à realização das manutenções preventiva e corretiva, observadas as recomendações dos fabricantes, tais como: abraçadeiras, detergentes, desengraxantes, botões, base do contato, porta fusíveis, relés, estopa, fita isolante, rs14, sensor 1LS, sensor 2LV, supressores diversos; terminais; fita de auto fusão, fusível de vidro de pequeno porte de 6 a 30 A; graxa amarela, lâmpada fluorescente 20W, reator, lâmpada incandescente de 60W, pano para limpeza, óleo lubrificante, terminais elétricos 6 mm, anéis, contatos auxiliares, disjuntor até 25A, contato GS, patim e roldanas.

9.1.3. Entende-se por peças de reposição, componentes e/ou acessórios os listados no anexo III – Listagem de Peças de Reposição.

9.1.4. CONTRATADA deverá manter estoque regular dos materiais de consumo que atenda às necessidades mensais dos serviços de manutenção e operação. Na falta de peça para substituição, a falta deverá ser comunicada a fiscalização para autorizar o pedido de novas peças.

9.1.5. Na ocorrência de defeito no elevador, a CONTRATADA apresentará ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, laudo técnico assinado pelo engenheiro mecânico/eletricista Responsável Técnico pela condução dos serviços, especificando a causa e o tipo de problema apresentado e indicando a necessidade, ou não, da substituição de peças de reposição, componentes ou acessórios.

9.1.6. Todos os materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios a serem substituídos deverão ser novos e originais, devendo ser apresentados ao CONTRATANTE para prévia aprovação.

9.1.7. A substituição das peças de reposição, componentes e/ou acessórios, previamente aprovada pelo fiscal do contrato, deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da autorização de substituição concedida por escrito pelo fiscal do contrato.

9.1.8. Caso haja impossibilidade de apresentação das peças de reposição, componentes e/ou acessórios no prazo indicado no item 9.1.7, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, documento de comprovação emitido pelo fornecedor, justificando a impossibilidade do fornecimento e da instalação, com apresentação de proposta de novo prazo para fornecimento da (s) peça (s) de reposição, componente (s) e/ou acessório (s). A justificativa passará pelo crivo do CONTRATANTE que poderá ou não ser aceito.

9.1.9. As peças, os componentes e os acessórios não contemplados no Anexo III – Listagem de Peças de Reposição deste termo de referência e que necessitarem de substituição, deverão ser submetidos à apreciação prévia do CONTRATANTE, para efeito de análise técnica e aprovação, se for o caso, juntamente com o orçamento indicativo dos respectivos custos. Portanto, deverá ser encaminhada ao CONTRATANTE, no mínimo 3 (três) cotações de materiais obtidas junto aos fornecedores da Contratada. Será levada em conta a cotação mínima de mercado e as qualidades técnicas do produto.

9.1.10. Caso o CONTRATANTE discorde do menor preço obtido pela CONTRATADA, realizará uma pesquisa no mercado em busca de preços menores para os mesmos itens. Encontrando, dará conhecimento à CONTRATADA para que a mesma forneça, de imediato, e pelo menor preço encontrado pelo fiscal, os materiais, peças, componentes e equipamentos necessários.

9.1.11. O CONTRATANTE realizará pesquisa de mercado para verificação de conformidade do preço cobrado pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 dias corridos contados da data de apresentação do orçamento.

9.1.12. No caso de os preços apresentados serem superiores aos obtidos na pesquisa de mercado levada a efeito por este Departamento, a CONTRATADA se obriga a receber o de menor valor.

9.1.13. As peças, componentes e acessórios insertos na condição de que trata o item 9.1.9 serão incorporados à listagem objeto do Anexo III do termo de referência, tendo como parâmetro o menor valor encontrado, seja ele oriundo do orçamento da CONTRATADA ou da pesquisa de mercado efetuada pela CONTRATANTE.

9.1.14. A CONTRATADA ofertará as peças de reposição com valor unitário não superior ao valor estimativo disposto no Anexo III. Além disso, há um item denominado, previsão de materiais não contemplado à lista de materiais que permanecerá fixo, devido a impossibilidade de prever/estimar todos os itens do sistema de transporte vertical.

9.1.15. O fiscal do Contrato deverá ser comunicado pela CONTRATADA quando da substituição de peças, que poderá acompanhar a substituição para certificar-se da originalidade e da genuinidade dos componentes;

9.1.16. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, não podendo serem reconicionados ou reaproveitados e deverão estar de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à aprovação do fiscal do Contrato.

9.1.17. Se julgar necessário, o fiscal do Contrato poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais empregados na instalação dos equipamentos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA e executados por laboratórios aprovados pelo fiscal do Contrato.

9.1.18. Os custos de ensaios, verificações e testes de equivalência, de recebimento ou quaisquer outros, deverão estar implícitos nos respectivos custos de equipamentos e materiais não cabendo qualquer reivindicação de ressarcimento pela CONTRATADA.

9.1.19. No caso de fornecedor exclusivo do componente, a CONTRATADA deverá apresentar uma carta de exclusividade do seu fornecedor, bem como cópia de uma nota fiscal de venda já realizada desse componente para outrem. Caso o componente nunca tenha

sido vendido, deverá ser fornecido um documento constando que tal componente nunca foi anteriormente vendido pelo fornecedor.

9.1.20. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no anexo III – Lista de peças de reposição, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2. Dos Equipamentos:

9.2.1. A Contratada deverá fornecer, sem ônus para a CONTRATANTE, todos os equipamentos, ferramentas, componentes, produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos.

9.2.1.1. Manter os equipamentos e ferramentas em perfeito estado de conservação, manutenção, segurança e higiene, prontos para utilização em qualquer tempo, bem como adequados à produtividade compatível com as respectivas especificações técnicas, substituindo-os ou consertando-os no caso de defeito, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

9.2.1.2. Garantir que os equipamentos e ferramentas sejam de boa qualidade, ou seja, de primeira linha.

9.2.2. O local para armazenamento dos equipamentos e ferramentas será indicado pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA manter a área reservada para esse fim perfeitamente limpa e organizada.

9.2.3. CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do Contrato a relação dos equipamentos de proteção individual (EPI) e de proteção coletiva (EPC), de acordo com a necessidade dos serviços prestados, devidamente assinada pelo responsável. Essa lista deverá ser apresentada juntamente com a relação das ferramentas e equipamentos.

9.2.4. A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do Contrato relação de equipamentos e ferramentas à disponibilidade da CONTRATADA, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do início da execução dos serviços, para a perfeita prestação dos serviços constantes desta especificação, e devem conter, no mínimo e obrigatoriamente, os seguintes itens:

RELAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA DE FERRAMENTAS MANUAIS PORTÁTEIS INDIVIDUAIS E DE USO COLETIVO			
FERRAMENTAS INDIVIDUAIS – TÉCNICO ELETROMECHANICO		FERRAMENTAS PARA USO COLETIVO	
Quantidade	Material	Quantidade	Material
1	Alicate de corte diagonal	1	reparo para encurtamento de cabos de tração;
1	Alicate para anéis externos	1	kit de ferramentas de reparo para substituição de cabos de tração;
1	Alicate de bico	1	kit de ferramentas de reparo para equalização de cabos de tração;
1	Alicate universal		
1	Alicate amperímetro ET-3200A		
1	Almotolia de plástico 100ml		
1	Almotolia de plástico 400ml		
1	Chave estria 10 x 11		
1	Chave estria 12 x 13		
1	Chave inglesa pequena		
1	Chave inglesa grande		
1	Chave Phillips ¼ x 5		
1	Chave tipo fenda 1/8 x 3 1/8		

1	Chave tipo fenda 3/16 x 4"		
1	Chave tipo fenda 3/8 x 8		
1	Ferro de solda 40W/220V		
1	Gabarito para aferição de polias		
1	Jogo de chave canhão (1/4, 3/16, 7/32, 8mm e 10mm)		
1	Jogo de chave Allen (de 1,5mm a 10mm)		
1	Jogo de chave de boca de 06mm a 22mm		
1	Lima bastarda de 4" com cabo		
1	Mala de ferramentas com carrinho		
1	Pendente para lâmpada incandescente		
1	Alicate de pressão		
1	Aspirador de pó		
1	Multímetro digital		
1	Escada		

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. Descrição dos elevadores:

10.1.1.1. O sistema de transporte vertical do edifício do DTI, localizado dentro da superintendência regional da Polícia Federal, localizado no Setor policial Sul – Brasília- DF, é composto pelos seguintes quantitativos: 1 (um) elevador social com controle microprocessado e casa de máquinas no terraço.

10.1.1.2. O sistema de transporte vertical do edifício do COT, localizado dentro da superintendência regional da Polícia Federal, localizado no Setor policial Sul – Brasília- DF, é composto pelos seguintes quantitativos: 02 (dois) elevador social com controle microprocessado sem casa de máquinas.

10.2. Especificações técnicas elevador DTI:

10.2.1. unidade: 01

10.2.2. Velocidade: 150 m/min

10.2.3. Casa de Máquina: localizada no terraço

10.2.4. Tensão da rede: 380 V

10.2.5. Tensão da luz: 220 V

10.2.6. Abertura Central

10.2.7. Linha: Atlas Schindler

10.2.8. Cabina: Export Inox

10.2.9. Controle: ACVVVF

10.2.10. Opcionais do Elevador:

10.2.10.1. Controlador de Tráfego

10.2.10.2. Eliminador de Chamadas Falsa

10.2.10.3. Estacionamento Preferencial, Central Telefônica

10.2.10.4. Dispositivo Excesso de Carga e Lotado, Jornal Eletrônico

10.2.10.5. Ventilador

10.2.10.6. Espelho superior no fundo da cabina

10.2.10.7. Painéis em Aço Inoxidável Escovado

10.2.10.8. Teto inox, Régua de Segurança Eletrônica

10.2.10.9. Comando em Grupo, Sinal Sonoro de Aproximação

- 10.2.10.10. Comando Duplo Cabineiro
- 10.2.10.11. Botoeiras de Pavimento Antivandálicas
- 10.2.10.12. Dispositivo contra incêndio – fase I
- 10.2.10.13. Indicador de Posição em todas as paradas
- 10.2.10.14. Dispositivo de Alarme Portaria
- 10.2.10.15. Corrimão nas paredes laterais e do fundo da cabine
- 10.2.10.16. Botoeiras de Pavimento Antivandálicas.
- 10.3. Especificações técnicas elevador **COT**:
 - 10.3.1. unidades: 02
 - 10.3.2. Velocidade: 60 m/min
 - 10.3.3. Casa de Máquina: sem casa de máquinas
 - 10.3.4. Tensão da rede: 380 V
 - 10.3.5. Tensão da luz: 220 V
 - 10.3.6. Abertura Central duas folhas
 - 10.3.7. Linha: Orona 3G
 - 10.3.8. Cabina: Aço inox escovado
 - 10.3.9. Controle: Microprocessado (Variação de voltagem e frequência).
 - 10.3.10. Opcionais do Elevador:
 - 10.3.10.1. Eliminador de Chamadas Falsa
 - 10.3.10.2. Estacionamento Preferencial
 - 10.3.10.3. Interfone
 - 10.3.10.4. Dispositivo Excesso de Carga e Lotado
 - 10.3.10.5. Jornal Eletrônico
 - 10.3.10.6. Ventilador
 - 10.3.10.7. Espelho superior no fundo da cabina
 - 10.3.10.8. Painéis em Aço Inoxidável Escovado
 - 10.3.10.9. Teto inox
 - 10.3.10.10. Régua de Segurança Eletrônica
 - 10.3.10.11. Comando em Grupo
 - 10.3.10.12. Sinal Sonoro de Aproximação
 - 10.3.10.13. Comando Duplo Cabineiro
 - 10.3.10.14. Botoeiras de Pavimento Antivandálicas
 - 10.3.10.15. Dispositivo contra incêndio – fase I
 - 10.3.10.16. Indicador de Posição em todas as paradas.
 - 10.3.10.17. Dispositivo de Alarme Portaria
 - 10.3.10.18. Corrimão nas paredes laterais e do fundo da cabine

10.4. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

10.4.1. As rotinas de manutenção preventiva e sua periodicidade estão definidas no ANEXO II - Plano de manutenção.

10.4.2. A manutenção corretiva será executada sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento do elevador do DTI, ou quando requerida pela FISCALIZAÇÃO.

10.4.3. A manutenção corretiva deverá ser prestada pela CONTRATADA, mediante abertura de Ordem de Serviço, dentro dos seguintes limites:

a) em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, em dias úteis, no horário de expediente do DPF (i.e., das 7 horas às 21 horas), o prazo máximo de atendimento, após o encaminhamento da Ordem de Serviço, deverá ser de 40 (quarenta) minutos. Fora desse horário o prazo máximo de atendimento deverá ser de 1 (uma) hora;

b) nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser de 2 (duas) horas, contadas a partir do encaminhamento da Ordem de Serviço;

c) o prazo de 2 (duas) horas será contado dentro do horário de funcionamento normal do DPF, ou seja, em dias úteis entre 7 horas e 21 horas, interrompendo-se a contagem às 21:00h de um dia e reiniciando-se às 7:00h do dia útil seguinte;

10.4.4. Outras informações sobre a manutenção corretiva, preventiva e preditiva estão dispostas no Anexo II.

10.4.5. Cabe ressaltar que os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados com fornecimento de todas as peças, componentes e acessórios genuínos dos respectivos fabricantes.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n.5/2017;

- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.0.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.22.0.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.23. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 12.24. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 12.25. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 12.26. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30%(trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 13.1.1. subcontratação será permitida apenas em casos especiais, devidamente comprovada a necessidade e mediante a autorização prévia do fiscal do contrato.

13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e dos artigos. 10º e 11º do Decreto nº 9.507/2018.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 2017, quando for o caso.

15.5. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.6. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.8. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.9. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993:

15.10. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação

15.11. A fiscalização da execução dos serviços abrange as rotinas descritas no Anexo II- Plano de Manutenção e qualquer outro serviço que seja necessário para o funcionamento adequado do elevador.

15.12. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições,

fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.13. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo VI, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada

15.13.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.14. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.15. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.16. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.17. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.18. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.19. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.20. conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.21. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.22. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida da apresentação do relatório mensal de serviços executados, nos termos abaixo.

16.2. prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de no máximo 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida da verificação de prestação do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data de emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar;

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante exigida;

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I=(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-------------	--

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC-M da FGV exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da

dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017

19.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

19.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12. Será considerada extinta a garantia:

19.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e a Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5. cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. Multa de:

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por	05

	ocorrência;	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por emprego e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

21.1. A contratada deverá monitorar o consumo de energia do equipamento em operação para garantir que os níveis estejam sempre adequados, e deverá, também, propor o uso de materiais e tecnologias que reduzam o consumo energético do equipamento.

21.2. A contratada deverá cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;

21.3. A contratada deverá cumprir, no que couber, as exigências do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos serão:

22.3.1. Certidão de acervo técnico, emitida por conselho regional de classe, de objeto semelhante e de igual complexidade.

22.3.2. Certidão de cerço técnico, emitida por conselho regional de classe, de manutenção em elevadores com especificações equivalentes ao descrito no item 8.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. Valor Global: R\$ 36.811,79 (trinta e seis mil, oitocentos e onze reais e setenta e nove centavos)

22.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços ANEXO VII - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS.

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo anual de R\$ R\$ 47.804,99

23.2. O valor global máximo é composto de duas parcelas:

23.3. Mão de obra no valor anual de R\$ 17.615,85, que corresponde ao valor pago pela mão de obra empregada mensalmente na prestação dos serviços previstos e eventuais.

23.3.1. Peças de reposição no valor máximo anual de R\$ 30.189,14, que corresponde ao valor máximo que será pago pelas peças que forem substituídas ou aplicadas quando comprovada a efetiva necessidade destas para o funcionamento adequado dos elevadores.

23.3.2. O valor de mão de obra foi obtido através da estimativa de horas necessárias e dos custos unitários horários dos profissionais necessários à prestação do serviço. Os valores unitários das referidas mãos de obra foram obtidos através do banco de preços SINAPI.

23.3.3. O valor estimado das peças de reposição foi obtido através da pesquisa de preços com os fornecedores e fabricantes de peças do elevador.

24. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

24.1. A dotação orçamentária encontra-se na ação 15F9.

24.2. A contratação está prevista no Planob 2021.

25. **ANEXOS**

25.1. ANEXO I - Descrição do elevador

25.2. ANEXO II - Plano de manutenção

25.3. ANEXO III - LISTAGEM DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO VALOR ESTIMADO DE PEÇAS E COMPONENTES

25.4. ANEXO IV - LISTAGEM DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO

25.5. ANEXO V - Planilha de preço de mão de obra e custo de peças

25.6. ANEXO VI - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

25.7. ANEXO VII - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS

25.8. ANEXO VIII - DETALHAMENTO DO BDI

Brasília-DF, 11 de novembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO EMANUEL BRUNO CLEMENTE, Agente Administrativo(a)**, em 17/11/2021, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO PACHECO LEITAO, Chefe de Divisão**, em 18/11/2021, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE VIANA ANDRADE, Diretor(a)**, em 18/11/2021, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21080783** e o código CRC **88A10414**.

ANEXO I

DESCRIÇÃO DO ELEVADOR

1. DESCRIÇÃO DOS ELEVADORES

1.1 O sistema de transporte vertical do DTI/DPF e do COT é composto pelos seguintes quantitativos:

DTI - 1 (um) elevador social, com controle micro processado e casa de máquinas no terraço do edifício.

COT – 2 (dois) elevadores sociais, com controle interno microprocessado e sem casa de máquinas.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 Características Físicas das Instalações Existentes:

– Elevador Social DTI

Capacidade: 12 pessoas – 900 kg
Número de paradas: 2 (duas) paradas
Quantidade: 1 unidade
Velocidade: 150 m/min
Casa de Máquina: localizada no terraço
Tensão da rede: 380 V
Tensão da luz: 220 V
Abertura Central
Linha: Atlas Schindler
Cabina: Inox
Controle: ACVVVF

Opcionais do Elevador:

Eliminador de Chamada Falsa
Estacionamento preferencial
Interfone
Dispositivo Excesso de Carga e Lotado
Ventilador
Espelho superior no fundo da cabina
Painéis em Aço Inoxidável Escovado
Teto Inox
Régua de Segurança Eletrônica
Comando em Grupo
Comando Duplex
Sinal Sonoro de Aproximação
Comando Duplo Cabineiro

Botoeiras de Pavimento Antivandálicas
Dispositivo contra incêndio – fase I
Indicador de Posição em todas as paradas
Corrimão nas paredes laterais e do fundo da cabine

-Elevadores sociais COT

Capacidade: 8 pessoas – 630 kg
Número de paradas: 4 (quatro) paradas
Quantidade: 2 unidades
Velocidade: 60 m/min
Casa de Máquina: Sem casa de máquinas
Tensão da rede: 380 V
Tensão da luz: 220 V
Abertura: Central duas folhas
Linha: Orona 3G
Cabina: Aço inox escovado
Controle: Microprocessado (Variação de Voltagem e Frequência)

Opcionais do Elevador:

Eliminador de Chamada Falsa
Estacionamento preferencial
Interfone
Dispositivo Excesso de Carga e Lotado
Ventilador
Espelho superior no fundo da cabina
Painéis em Aço Inoxidável Escovado
Teto Inox
Régua de Segurança Eletrônica
Comando em Grupo
Comando Duplex
Sinal Sonoro de Aproximação
Comando Duplo Cabineiro
Botões de Pavimento Antivandálicas
Dispositivo contra incêndio
Indicador de Posição em todas as paradas
Corrimão nas paredes laterais e do fundo da cabine

ANEXO II

PLANO DE MANUTENÇÃO

1. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO

1.1 Descrição dos Serviços

- 1.1.1 Todos os serviços relativos ao presente documento consistem em manutenção preventiva, preditiva e corretiva. Entende-se isso por todas as ações e intervenções permanentes, periódicas ou pontuais e emergenciais nos elevadores, que resultem, respectivamente, na manutenção do estado de uso ou de operação, e na recuperação do estado de uso ou de operação, para que os equipamentos e seus componentes constantes no objeto deste documento sejam garantidos. Os serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza, bem como orientações para operação normal e adequada dos equipamentos.
- 1.1.2 Os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva devem ser prestados nos locais em que os sistemas estão instalados:
 - 1.1.2.1 Os serviços de equipamentos, que por motivos técnicos não puderem ser executados nos locais de uso, serão retirados pela CONTRATADA, mediante prévia aprovação e avaliação do fiscal do Contrato, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física de

seus componentes durante a retirada, transporte, substituição de peças e reinstalação, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

1.1.2.2 Todos os serviços prestados deverão ser gerenciados e controlados por um sistema informatizado (*software*) de acompanhamento de manutenção, que atenda aos seguintes parâmetros:

- i) histórico de manutenção por equipamento;
- ii) gerenciamento do cronograma de manutenção preventiva, com emissão de ordens de serviço preventivas e corretivas;
- iii) emissão de relatórios de manutenção detalhados;
- iv) histórico de dados de medições e testes, permitindo comparações com padrões recomendados pelos fabricantes;
- v) indicação de prováveis manutenções corretivas para o próximo período, de acordo com análises estatísticas;
- vi) controle de materiais de consumo e peças/componentes utilizados por período de tempo/equipamento, com custo médio envolvido;
- vii) capacidade de gravar em banco de dados todos os parâmetros mencionados.

1.1.2.3 A CONTRATADA deverá manter e atualizar o software de controle, gerenciamento e operação do elevador, instalado no edifício do DIT/SR-DF, que atende dentre outros os seguintes parâmetros:

- i) Sinótico do elevador;
- ii) Execução de chamadas de cabina;
- iii) Montagem de grupos;
- iv) Apresentação de chamadas de pavimento;
- v) Alterar andares de estacionamento;
- vi) Visualização dos sinais do elevador.

1.2 As manutenções consistem em:

1.2.1 **Preventiva:** tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos equipamentos, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de

funcionamento, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, inclusive dos fabricantes, devendo ser executada em duas etapas:

- 1.2.1.1 Inspeção: Verificação de determinados pontos das instalações seguindo programa (rotina) de manutenção recomendado pelos fabricantes dos equipamentos;
- 1.2.1.2 Revisão: Verificações (parciais ou totais) programadas das instalações para fins de reparos, limpeza ou reposição de componentes.
- 1.1.1.1 A manutenção preventiva incluirá toda mão-de-obra, ferramentas, materiais de consumo, transportes, necessários para reparar e/ou substituir as peças dos equipamentos a serem mantidos e poderá incluir o fornecimento de peças de reposição, mediante ressarcimento.
- 1.2.2 **Corretiva:** tem por objetivo o restabelecimento dos componentes dos equipamentos às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos, o que deverá ser atestado por meio de laudo técnico específico, assinado pelo Engenheiro responsável da CONTRATADA, o qual deverá conter a discriminação do defeito.
- 1.2.2.1 Manutenção Corretiva Inicial: Nos primeiros 30 (trinta) dias corridos do início do contrato, autorizado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá enviar, impresso e via CD-R ou DVD-R, Relatório de Avaliação Técnica ao fiscal do contrato, informando: estado de funcionamento, operacionalidade e integridade de todos os equipamentos, relação de equipamentos e cronograma para execução ou estudo das pendências, além de relação dos componentes dos equipamentos com sua localização, nome do fabricante, modelo, nº de série, tipo, capacidade, tensão, corrente nominal e outros dados que se fizerem necessários à perfeita identificação dos equipamentos.
- 1.2.2.2 A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente os problemas identificados ao CONTRATANTE.
- 1.2.2.3 A manutenção corretiva incluirá toda mão-de-obra, ferramentas, materiais, transportes, componentes, necessários para reparar e/ou substituir as peças dos equipamentos a serem

manutenidos e poderá incluir o fornecimento de peças de reposição, mediante ressarcimento. Nesse caso, a CONTRATADA deverá encaminhar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da detecção da falha do equipamento o laudo técnico do problema.

1.2.2.4 A CONTRATADA deverá observar que, nos casos de manutenção corretiva com substituição de peças, equipamentos ou acessórios, o prazo para normalização do sistema será de no máximo 05 (cinco) dias úteis.

1.2.2.5 Para cada evento de manutenção corretiva identificado, deverá ser gerada imediatamente uma Ordem de Serviço Corretiva, independente da data de conclusão do serviço.

1.2.2.6 A formalização imediata da comunicação a CONTRATANTE quando houver necessidade de maior prazo para a execução do serviço, justificando e propondo novo prazo será feita pela CONTRATADA, o qual poderá ou não ser aceito pelo fiscal do Contrato.

1.2.2.7 O fato de os profissionais não terem conhecimento suficiente para a resolução de um problema específico do Objeto não será justificativa para o não cumprimento do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para a normalização do funcionamento do sistema. A CONTRATADA poderá subcontratar uma empresa ou profissional para a resolução do problema, mediante autorização prévia do fiscal do Contrato, sendo que o ônus da contratação ficará a cargo da CONTRATADA.

1.2.2.8 Não será justificativa da não normalização do elevador: imprudência, incompetência ou negligência da CONTRATADA; má conservação das ferramentas, equipamentos ou aparelhos de medição da CONTRATADA; falta de material de consumo; incapacidade em realizar testes.

1.2.3 **Preditiva:** tem por objetivo observar e monitorar as condições de operação dos equipamentos, o rendimento operacional, e outros indicadores da condição operativa das máquinas, a partir dos quais será possível determinar o intervalo máximo entre reparos, melhorando a produtividade e qualidade do produto.

1.2.3.1 Algumas manutenções preditivas estão previstas nas rotinas mínimas de manutenção preventiva. Tais testes, além de outros testes preditivos, deverão ser repetidos caso haja

dúvidas nos resultados, nos métodos de coleta de amostras, ou em outros fatores que possam comprometer o resultado das análises, sem ônus para o CONTRATANTE.

1.2.3.2 A CONTRATADA deverá incluir nos seus relatórios os resultados e conclusões obtidos nas manutenções preditivas.

1.2.3.3 As análises desses resultados deverão orientar as ações das manutenções futuras da CONTRATADA.

1.3 A CONTRATADA deverá, ainda, observar os seguintes itens:

1.3.1 Considerar-se-á a CONTRATADA como altamente especializado nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e os acessórios implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações e equipamentos, não cabendo, portanto, pretensão de futura cobrança de “serviços extras” ou de alterações nas composições de preços unitários.

1.3.2 Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços aqui descritos; os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA.

1.4 Rotinas Mínimas de Manutenção Preventiva.

1.4.1 As rotinas de manutenção preventiva relacionadas a seguir são apenas uma referência para execução dos serviços, devendo a CONTRATADA, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos a contar do início da execução dos serviços, providenciar TODAS as demais ações que forem necessárias para manter o efetivo funcionamento dos equipamentos ou para otimizar os processos, seguindo recomendação dos fabricantes. Tais rotinas complementares deverão ser encaminhadas por escrito para aprovação prévia do fiscal do Contrato, de forma a verificar sua adequação.

1.4.2 A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, modificar as rotinas ou a periodicidade, bastando comunicar por escrito à CONTRATADA, a qual terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para promover os acertos necessários.

1.4.3 A Tabela abaixo apresenta as rotinas mínimas de manutenção preventiva com suas respectivas periodicidades:

M → Mensal
B → Bimestral
T → Trimestral
Q → Quadrimestral
S → Semestral
A → Anual

Equipamento	Descrição do serviço	M	B
Cabina (interior)	Verificar funcionamento e integridade do painel de operação		X
	Verificar funcionamento e integridade do interfone ou intercomunicador na cabina e portaria	X	
	Verificar funcionamento e limpeza das lâmpadas, fixação e limpeza do subteto e funcionamento e limpeza do ventilador		X
	Verificar integridade dos painéis de acabamento, frisos e piso, inclusive as placas indicativas		X
	Verificar integridade do guarda corpo e espelho (fixação, quebra, riscos, amassados e falta de parafusos)		X
	Verificar portas, correções e réguas de segurança (funcionamento, fixação, quebra, alinhamento, folgas, ajustes, ruídos e limpeza)	X	
	Verificar integridade e funcionamento do indicador (quebrado, setas, segmentos ou lâmpadas queimadas)		X
	Verificar funcionamento dos comandos cabineiro, ventilador e banquetta (manual/automático, comando de lotado)	X	
	Inspecionar a existência de vibrações e/ou ruídos anormais quando há movimentação da cabina.	X	

Equipamento	Descrição do serviço	Q	S
Pavimento	Verificar funcionamento e integridade das botoeiras e indicadores (quebrado, mal afixado, funcionamento das setas, segmentos e lâmpadas)	X	
	Verificar funcionamento e integridade das portas e soleiras (fixação e amassados, ferragens, borrachas de marco, ilhós e puxadores, limpeza e lubrificação)	X	
	Verificar aceleração, desaceleração e nivelamento		X
	Verificar fechos eletromecânicos (folgas, ajustar e verificar aterramentos)		X

Equipamento	Descrição do serviço	M	B	S
Casa de Máquina	Limpar a casa de máquinas	X		
	Verificar proteções e conexões (Painel de força, reaperto geral, chaves de força, chave disjuntora, condições dos fusíveis do quadro de comandos, estado e isolamento dos condutores, aquecimento anormal, oxidação e limpeza das conexões, funcionamento mecânico)		X	
	Verificar quadro de comando (reapertar fiações em geral, verificar desgaste das contadoras, chaves controladoras quanto à regulagem, pressão, integridade, desgaste e alinhamento dos contatos, fixação dos relés, módulos eletrônicos, conexões das chaves, temporizadores, relés, circuitos de proteção, transformadores, leds de monitoração dos comandos micro processados, retirar excesso de poeira com pincel)			X

Equipamento	Descrição do serviço	M	B	T
Casa de Máquina	Verificar funcionamento da bateria e fonte de luz de emergência (desligar o disjuntor de iluminação da cabina e verificar nível de água da bateria, se necessário)	X		
	Verificar máquina e cabos de tração (vazamentos em vedações, retentor, ruídos e desgaste de rolamentos e acoplamentos, existência de limalha de ferro e desgaste na polia, arames rompidos nos cabos, limpeza, entre outros)			X
	Verificar motor de indução			X
	Verificar funcionamento do interfone ou intercomunicador (cabina, portaria e casa de máquinas)			X
	Verificar limite final de subida e limite final de descida			X
	Verificar aparelho de segurança			X
	Verificar freio e contato BK ou CPF (êmbolo, regulagem, condições das lonas, sapatas, tambor, terminais de ligação, parada, limpeza dos furos das articulações, lubrificar, ajustar freio eletromecânico e verificar regulagem do contato BK)		X	
	Verificar regulador de velocidade (desgaste na polia, ruído, funcionamento das peças móveis e contatos elétricos, limpeza e lubrificação)	X		

Equipamento	Descrição do serviço	M	T	S
Cabina (em cima)	Verificar aparelho de segurança (estado dos componentes, acionamento do contato elétrico manualmente)	X		

Verificar porta e contato de emergência (funcionamento do contato de segurança)			X
Verificar corredeiras superiores, suspensão dos cabos de tração e chaves de indução (estado das corredeiras, desgaste dos nylons e folga entre a guia, lubrificar e limpar graxas, tensionamento, fixação de elementos, distanciadores de cabos e ruídos entre os chumbadores)		X	
Verificar operador de portas (tensão e desgaste da corrente, correia e cabo de aço, desgaste dos roletes do carrinho, funcionamento e folga dos microrruptores, fixação do motor, tampa e ajuste do freio magnético, ajusta caixa de came, roletes, freio do motor operador e tensionamento dos cabos)		X	
Limpar teto e estrutura			X

Equipamento	Descrição do serviço	M	T	Q	S
Caixa de corrida	Verificar polia de desvio (fixação, limpeza, lubrificação, desgastes dos canais, eixos e rolamentos)				X
	Verificar limites de parada de subida (limpeza, fixação, lubrificação, desgastes dos canais, eixos e rolamentos)	X			
	Verificar guias e suportes (limpeza, lubrificação)			X	
	Verificar cabos de manobra e fiação (condições da fiação elétrica e cabos de manobra da caixa corrida, linhas rompidas, oxidação em bornes, obstrução e posição)				X
	Verificar portas de pavimento e fecho eletromecânico (fixação do dispositivo de arraste, mola, rolete, posição do suporte de acionamento da chave de emergência, cabos e peso de acionamento, tensionamento e lubrificação, limpar conjunto fechamento, acionamento e desacionamento da rampa móvel, verificar irregularidades nas portas, falhas elétricas, portas sem folga e abertura indevida, fixação da tampa, reaperto de fiações/conexões elétricas e braço acionador)			X	
	Verificar contrapeso (fixação dos pesos, empenamento da estrutura em direção as guias, estado das corredeiras, separador e fixação dos cabos, porcas, cuspidoras, metal mongol, limpar estrutura)		X		
	Verificar limite de redução de descida (limpeza, lubrificação e acionamento manual)	X			

	Verificar limite de parada de descida (limpeza, fixação, lubrificação e acionamento manual)	X			
--	---	---	--	--	--

Equipamento	Descrição do serviço	M	B	T
POÇO	Verificar aparelho de segurança (funcionamento, estado dos componentes e seio do cabo de manobra)	X		
	Verificar corrediças inferiores (estado das corrediças e desgaste dos nylons e folga entre guia, limpar e e desgaste dos nylons e folga entre guia, limpar e lubrificar graxeiras)			X
	Verificar para choques e cornija			X
	Verificar polias, cabos e corrente de compensação (desgaste dos canais da polia, lubrificação, funcionamento e posição dos contatos elétricos, limpeza, desgaste dos cabos e correntes de compensação, equalização e alongamento, fixação do suporte de devido da corrente de compensação, lubrificar guias da polia de compensação)			X
	Verificar polia tensora (fixação junto à guia, acionamento do contato elétrico, alinhamento da polia – braço – suporte, distância do peso ao piso e tensão do cabo, lubrificar e limpar eixo)			X
	Verificar deslize do contrapeso (distância da mola até a parte inferior da estrutura do contrapeso e anotar na OS)			X
	Verificar fundo do Poço (limpeza)		X	

ANEXO III
LISTAGEM DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO
VALOR ESTIMADO DE PEÇAS E COMPONENTES
ELEVADOR ATLAS SCHINDLER DTI

Item	Preço unitário	Percentual de utilização	total
ALAVANCA - MAO	R\$ 136,74	1%	R\$ 1,37
AMORTECEDOR DA MAQUINA	R\$ 1.930,94	5%	R\$ 96,55
BATERIA SELADA 12V 7AH	R\$ 57,50	1%	R\$ 0,58
BOTAO ANTIVANDALICO ABRE PORTA	R\$ 330,91	5%	R\$ 16,55
BOTAO ANTIVANDALICO ALARME SEM ILU	R\$ 318,95	1%	R\$ 3,19
BOTAO ANTIVANDALICO DESCE MESTRE	R\$ 434,84	1%	R\$ 4,35
BOTAO ANTIVANDALICO FECHA PORTA	R\$ 383,19	1%	R\$ 3,83
BOTAO ANTIVANDALICO SOBE PORTUGUES	R\$ 196,51	1%	R\$ 1,97
BOTAO COMUTADOR,BL.CONT.1NA+1NF2PO	R\$ 32,63	1%	R\$ 0,33
BOTAO IMPULSO,SEM GRAV.BL.CONT. 1N	R\$ 22,26	1%	R\$ 0,22
CABO BLINDADO 4 x 26 AWG(0,13mm2)	R\$ 12,67	1%	R\$ 0,13
CABO MANOBRA (1X18v-0.75+1X18v-0.5	R\$ 1.912,33	1%	R\$ 19,12
CAIXA DE TOMADA COM BOTAO DE SOCO	R\$ 279,05	1%	R\$ 2,79
CELULA DE CARGA CAPACIDADE: 2000Kg	R\$ 577,02	1%	R\$ 5,77
CHAVE ELETRONICA LINEAR T160	R\$ 1.129,08	1%	R\$ 11,29
CHAVE LIMITE(INST.)G.T-160	R\$ 1.165,95	10%	R\$ 116,60
CHAVE SINAL. ELETRONICA 120 A 360m	R\$ 2.037,43	5%	R\$ 101,87
CHAVE YALE EXTRAIVEL EM 270	R\$ 487,15	5%	R\$ 24,36
CONECTOR TOMADA FEMEA 8P.HOR.CAB.U	R\$ 14,66	5%	R\$ 0,73
CONTATO (PALHETAS)	R\$ 66,39	1%	R\$ 0,66
CONTATOR AUX. B. 24Vcc 6A 3NA+1NF	R\$ 35,34	1%	R\$ 0,35
CONTATOR AUX. B. 24Vcc 6A 5NA+1NF	R\$ 83,61	10%	R\$ 8,36
CONTATOR TRIPOLAR 50A 220V 50/60Hz	R\$ 341,42	15%	R\$ 51,21
CONVERSOR RS-232/RS-485 C/ ELIMINA	R\$ 1.617,84	5%	R\$ 80,89
CORDA OP=850 (MEC PAVTO UNIVERSAL)	R\$ 35,34	1%	R\$ 0,35
CORREDICA DE NYLON (CANAL 15mm)	R\$ 19,51	1%	R\$ 0,20
DIFUSOR	R\$ 71,37	10%	R\$ 7,14
DISCO DENTADO	R\$ 5,43	1%	R\$ 0,05
DISPOSITIVO DE CONTROLE DE CARGA	R\$ 2.606,46	1%	R\$ 26,06
ENGRENAGEM	R\$ 7,48	5%	R\$ 0,37
ESTABILIZADOR BIVOLT 60Hz	R\$ 389,90	5%	R\$ 19,50
TOTAL	R\$ 16.739,90	Total mensal	R\$ 606,73

ELEVADORES COT - ORONA 3G			
Item	Preço unitário	Percentual de utilização	total
PLACA BASE ARCA II (PBCM)	R\$ 1.545,27	3%	R\$ 46,36
PLACA ELETRONICA CPU ARCA II	R\$ 857,07	3%	R\$ 25,71
QUADRO DE MANOBRA DO ELEVADOR COM SISTEMA DE DIAGNOSTICO	R\$ 17.472,00	2%	R\$ 349,44
BOTOEIRA PAVIMENTO COM 1 BOTAO	R\$ 291,17	5%	R\$ 14,56
PLACA ELETRONICA DO FREIO M33 PARA ELEVADOR	R\$ 381,36	4%	R\$ 15,25
VENTILADOR COM SUPORTE GF60-450 DA CABINA DO ELEVADOR	R\$ 643,69	5%	R\$ 32,18
CABO CONEXAO BOT.PISO	R\$ 10,48	10%	R\$ 1,05
PLACA ELETRONICA EXTENSAO 1 ARCA III PARA USO EM ELEVADORES -	R\$ 185,92	2%	R\$ 3,72
SENSOR CSB COM CONECTOR	R\$ 131,25	10%	R\$ 13,13
INTERRUPTOR ORONA MAGNETICO CDB COM CONECTOR	R\$ 123,29	2%	R\$ 2,47
SENSOR CDA COM CONECTOR	R\$ 125,94	2%	R\$ 2,52
INTERRUPTOR ORONA MAGNETICO CMC/CEHI COM CONECTOR	R\$ 139,86	3%	R\$ 4,20
GR. POTENCIA GEARLESS COMPACT S/RESC.0 11A SIEMENS	R\$ 996,39	3%	R\$ 29,89
CONEXAO DE BOTOEIRA DE PISO ARCA II IR3=0,5 - ORONA	R\$ 24,66	2%	R\$ 0,49
IMAN DE PLASTICO ORONA	R\$ 4,85	2%	R\$ 0,10
IMAN DE PLASTICO STEM REF:MP P150-015 006	R\$ 6,13	2%	R\$ 0,12
IMAN PERMANENTE 080	R\$ 6,00	10%	R\$ 0,60
IMAN PERMANENTE 20X04X10 - ORONA	R\$ 4,85	10%	R\$ 0,49
RESISTENCIA DE FRENAGEM ED25% 600 OHM 1200W - ORONA	R\$ 337,34	5%	R\$ 16,87
SAI (NOBREAK) 500VA 230VAC 50/60HZ - ORONA	R\$ 784,18	2%	R\$ 15,68
PLACA ELETRONICA SETA PISO (VERMELHO)	R\$ 148,35	2%	R\$ 2,97
LUMINLUX T8 18W/865	R\$ 5,52	10%	R\$ 0,55
ENCODER PARA EIXO CONICO DA MAQUINA SEM ENGRENAGEM DO ELEV	R\$ 1.266,50	2%	R\$ 25,33
CONJ. INTERRUPTOR	R\$ 227,36	5%	R\$ 11,37

INTERFONE PARA USO EM ELEVADOR PM412 - ORONA	R\$ 739,36	2%	R\$ 14,79
MOLA ORONA DE SEGURANCA DA PORTA DE PAVIMENTO PEQUENA	R\$ 7,42	5%	R\$ 0,37
INT. DIFER. ALTA INMUN. 4P 25A 300MA CLASE SI	R\$ 516,73	5%	R\$ 25,84
INTERRUPTOR ORONA AUTOMATICO 4P 10A CURVA C	R\$ 114,03	2%	R\$ 2,28
ROLINHO DE PORTA DA RAMPA DO ELEVADOR	R\$ 4,20	2%	R\$ 0,08
LUBRIFICADOR DE GUIA 8/9MM	R\$ 39,14	10%	R\$ 3,91
CONJUNTO VENTILADOR COM ELEVADOR COM SUPORTE NINGBO GF 60-	R\$ 587,48	5%	R\$ 29,37
QUADRO DE COMANDO DO ELEVADOR COM SISTEMA DE DIAGNOST	R\$ 19.013,10	2%	R\$ 380,26
CONTADOR DE PULSO	R\$ 98,97	5%	R\$ 4,95
MICROINTERRUPTOR PARA FREIO DE ELEVADOR	R\$ 474,55	4%	R\$ 18,98
PLACA ELETRONICA DE CABINE 220V	R\$ 506,80	4%	R\$ 20,27
PLACA EXTENSÃO 4.0	R\$ 159,60	4%	R\$ 6,38
PLACA ELETRONICA PVTIL	R\$ 215,48	5%	R\$ 10,77
PLACA PESA-CARGA PPQR	R\$ 805,19	5%	R\$ 40,26
ENCODER PARA EIXO CONICO DA MÁQUINA	R\$ 518,97	2%	R\$ 10,38
PESADOR DE CARGA	R\$ 560,83	5%	R\$ 28,04
REGULADOR CONT-TECH	R\$ 4.886,77	2%	R\$ 97,74
TOTAL	R\$ 54.968,05	Total mensal	#####

ANEXO IV

LISTAGEM DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO

VALOR ESTIMADO DE PEÇAS E COMPONENTES (Preenchimento Licitante)

ELEVADOR ATLAS SCHINDLER DTI

Item	Preço unitário	Percentual de utilização	total
ALAVANCA - MAO		1%	
AMORTECEDOR DA MAQUINA		5%	
BATERIA SELADA 12V 7AH		1%	
BOTAO ANTIVANDALICO ABRE PORTA		5%	
BOTAO ANTIVANDALICO ALARME SEM ILU		1%	
BOTAO ANTIVANDALICO DESCE MESTRE		1%	
BOTAO ANTIVANDALICO FECHA PORTA		1%	
BOTAO ANTIVANDALICO SOBE PORTUGUES		1%	
BOTAO COMUTADOR,BL.CONT.1NA+1NF2PO		1%	
BOTAO IMPULSO,SEM GRAV.BL.CONT. 1N		1%	
CABO BLINDADO 4 x 26 AWG(0,13mm2)		1%	
CABO MANOBRA (1X18v-0.75+1X18v-0.5		1%	
CAIXA DE TOMADA COM BOTAO DE SOCO		1%	
CELULA DE CARGA CAPACIDADE: 2000Kg		1%	
CHAVE ELETRONICA LINEAR T160		1%	
CHAVE LIMITE(INST.)G.T-160		10%	
CHAVE SINAL. ELETRONICA 120 A 360m		5%	
CHAVE YALE EXTRAIVEL EM 270		5%	
CONECTOR TOMADA FEMEA 8P.HOR.CAB.U		5%	
CONTATO (PALHETAS)		1%	
CONTATOR AUX. B. 24Vcc 6A 3NA+1NF		1%	
CONTATOR AUX. B. 24Vcc 6A 5NA+1NF		10%	
CONTATOR TRIPOLAR 50A 220V 50/60Hz		15%	
CONVERSOR RS-232/RS-485 C/ ELIMINA		5%	
CORDA OP=850 (MEC PAVTO UNIVERSAL)		1%	
CORREDICA DE NYLON (CANAL 15mm)		1%	
DIFUSOR		10%	
DISCO DENTADO		1%	
DISPOSITIVO DE CONTROLE DE CARGA		1%	
ENGRENAGEM		5%	
ESTABILIZADOR BIVOLT 60Hz		5%	
TOTAL	R\$ -	Total mensal	R\$ -

ELEVADORES COT - ORONA 3G (Preenchimento Licitante)

Item	Preço unitário	Percentual de utilização	total
PLACA BASE ARCA II (PBCM)		0%	
PLACA ELETRONICA CPU ARCA II		0%	
QUADRO DE MANOBRA DO ELEVADOR COM SISTEMA DE DIAGNOSTICO		0%	
BOTOEIRA PAVIMENTO COM 1 BOTAO		0%	
PLACA ELETRONICA DO FREIO M33 PARA ELEVADOR		0%	
VENTILADOR COM SUPORTE GF60-450 DA CABINA DO ELEVADOR		0%	
CABO CONEXAO BOT.PISO		0%	
PLACA ELETRONICA EXTENSAO 1 ARCA III PARA USO EM ELEVADORES -		0%	
SENSOR CSB COM CONECTOR		0%	
INTERRUPTOR ORONA MAGNETICO CDB COM CONECTOR		0%	
SENSOR CDA COM CONECTOR		0%	
INTERRUPTOR ORONA MAGNETICO CMC/CEHI COM CONECTOR		0%	
GR. POTENCIA GEARLESS COMPACT S/RESC.0 11A SIEMENS		0%	
CONEXAO DE BOTOEIRA DE PISO ARCA II IR3=0,5 - ORONA		0%	
IMAN DE PLASTICO ORONA		0%	
IMAN DE PLASTICO STEM REF:MP P150-015 006		0%	
IMAN PERMANENTE 080		0%	
IMAN PERMANENTE 20X04X10 - ORONA		0%	
RESISTENCIA DE FRENAGEM ED25% 600 OHM 1200W - ORONA		0%	
SAI (NOBREAK) 500VA 230VAC 50/60HZ - ORONA		0%	
PLACA ELETRONICA SETA PISO (VERMELHO)		0%	
LUMINLUX T8 18W/865		0%	
ENCODER PARA EIXO CONICO DA MAQUINA SEM ENGRENAGEM DO ELEV		0%	
CONJ. INTERRUPTOR		0%	

INTERFONE PARA USO EM ELEVADOR PM412 - ORONA		0%	
MOLA ORONA DE SEGURANCA DA PORTA DE PAVIMENTO PEQUENA		0%	
INT. DIFER. ALTA INMUN. 4P 25A 300MA CLASE SI		0%	
INTERRUPTOR ORONA AUTOMATICO 4P 10A CURVA C		0%	
ROLINHO DE PORTA DA RAMPA DO ELEVADOR		0%	
LUBRIFICADOR DE GUIA 8/9MM		0%	
CONJUNTO VENTILADOR COM ELEVADOR COM SUPORTE NINGBO GF 60-		0%	
QUADRO DE COMANDO DO ELEVADOR COM SISTEMA DE DIAGNOSTICO		0%	
CONTADOR DE PULSO		0%	
MICROINTERRUPTOR PARA FREIO DE ELEVADOR		0%	
PLACA ELETRONICA DE CABINE 220V		0%	
PLACA EXTENSÃO 4.0		0%	
PLACA ELETRONICA PVTIL		0%	
PLACA PESA-CARGA PPQR		0%	
ENCODER PARA EIXO CONICO DA MÁQUINA		0%	
PESADOR DE CARGA		0%	
REGULADOR CONT-TECH		0%	
TOTAL	R\$ -	Total mensal	R\$ -

02/08/2021		TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO V - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
Planilha orçamentária manutenção elevadores										
Item	TIPO	Descrição	Unid.	Qtd.	UNITARIO - R\$		TOTAL - R\$	TOTAL GERAL - R\$(M.O. + MATERIAL)		TOTAL BDI INCLUSO
					Material	Mão de obra	Unitario		BDI %	
1		Mão de Obra (manutenções preventivas e corretivas)						R\$ 17.100,23		R\$ 17.615,85
1.1	Composição de custo baseado na SINAPI 91677	Engenheiro (Supervisão e responsabilidade técnica) - Baseado SINAPI 91677	H	36		150,15	150,15	R\$5.405,40	21,43%	R\$6.563,98
1.2	Composição de custo baseado na SINAPI 88266	Técnico (Execução do serviço) - Baseado SINAPI 88266	H	324		28,09	28,09	R\$9.101,16	21,43%	R\$11.051,87
2		Lista de peças de substituição elevador DTI						R\$ 1.418,69		R\$ 7.595,34
2.1	Cotação	ALAVANCA - MAO	Unid.	0,12	R\$136,74		R\$136,74	R\$16,41	13,24%	R\$18,58
2.2	Cotação	AMORTECEDOR DA MAQUINA	Unid.	0,60	R\$1.930,94		R\$1.930,94	R\$1.158,56	13,24%	R\$1.311,97
2.3	Cotação	BATERIA SELADA 12V 7AH	Unid.	0,12	R\$57,50		R\$57,50	R\$6,90	13,24%	R\$7,81
2.4	Cotação	BOTAO ANTIVANDALICO ABRE PORTA	Unid.	0,60	R\$330,91		R\$330,91	R\$198,55	13,24%	R\$224,84
2.5	Cotação	BOTAO ANTIVANDALICO ALARME SEM ILU	Unid.	0,12	R\$318,95		R\$318,95	R\$38,27	13,24%	R\$43,34
2.6	Cotação	BOTAO ANTIVANDALICO DESCE MESTRE	Unid.	0,12	R\$434,84		R\$434,84	R\$52,18	13,24%	R\$59,09
2.7	Cotação	BOTAO ANTIVANDALICO FECHA PORTA	Unid.	0,12	R\$383,19		R\$383,19	R\$45,98	13,24%	R\$52,07
2.8	Cotação	BOTAO ANTIVANDALICO SOBE PORTUGUES	Unid.	0,12	R\$196,51		R\$196,51	R\$23,58	13,24%	R\$26,70
2.9	Cotação	BOTAO COMUTADOR,BL.CONT.1NA+1NF2PO	Unid.	0,12	R\$32,63		R\$32,63	R\$3,92	13,24%	R\$4,43
2.10	Cotação	BOTAO IMPULSO,SEM GRAV.BL.CONT. 1N	Unid.	0,12	R\$22,26		R\$22,26	R\$2,67	13,24%	R\$3,02
2.11	Cotação	CABO BLINDADO 4 x 26 AWG(0,13mm2)	Unid.	0,12	R\$12,67		R\$12,67	R\$1,52	13,24%	R\$1,72
2.12	Cotação	CABO MANOBRA (1X18v-0.75+1X18v-0.5	Unid.	0,12	R\$1.912,33		R\$1.912,33	R\$229,48	13,24%	R\$259,87
2.13	Cotação	CAIXA DE TOMADA COM BOTAO DE SOCO	Unid.	0,12	R\$279,05		R\$279,05	R\$33,49	13,24%	R\$37,92
2.14	Cotação	CELULA DE CARGA CAPACIDADE: 2000Kg	Unid.	0,12	R\$495,66		R\$495,66	R\$59,48	13,24%	R\$67,35
2.15	Cotação	CHAVE ELETRONICA LINEAR T160	Unid.	0,12	R\$1.129,08		R\$1.129,08	R\$135,49	13,24%	R\$153,43
2.16	Cotação	CHAVE LIMITE(INST.)G.T-160	Unid.	1,20	R\$1.165,95		R\$1.165,95	R\$1.399,14	13,24%	R\$1.584,40
2.17	Cotação	CHAVE SINAL. ELETRONICA 120 A 360m	Unid.	0,60	R\$1.140,63		R\$1.140,63	R\$684,38	13,24%	R\$775,00
2.18	Cotação	CHAVE YALE EXTRAIVEL EM 270	Unid.	0,60	R\$487,15		R\$487,15	R\$292,29	13,24%	R\$330,99
2.19	Cotação	CONECTOR TOMADA FEMEA 8P.HOR.CAB.U	Unid.	0,60	R\$14,66		R\$14,66	R\$8,80	13,24%	R\$9,96
2.20	Cotação	CONTATO (PALHETAS)	Unid.	0,12	R\$66,39		R\$66,39	R\$7,97	13,24%	R\$9,02
2.21	Cotação	CONTATOR AUX. B. 24Vcc 6A 3NA+1NF	Unid.	0,12	R\$35,34		R\$35,34	R\$4,24	13,24%	R\$4,80
2.22	Cotação	CONTATOR AUX. B. 24Vcc 6A 5NA+1NF	Unid.	1,20	R\$83,61		R\$83,61	R\$100,33	13,24%	R\$113,62
2.23	Cotação	CONTATOR TRIPOLAR 50A 220V 50/60Hz	Unid.	1,80	R\$341,42		R\$341,42	R\$614,56	13,24%	R\$695,93
2.24	Cotação	CONVERSOR RS-232/RS-485 C/ ELIMINA	Unid.	0,60	R\$1.617,84		R\$1.617,84	R\$970,70	13,24%	R\$1.099,24
2.25	Cotação	CORDA OP=850 (MEC PAVTO UNIVERSAL)	Unid.	0,12	R\$20,83		R\$20,83	R\$2,50	13,24%	R\$2,83
2.26	Cotação	CORREDICA DE NYLON (CANAL 15mm)	Unid.	0,12	R\$19,51		R\$19,51	R\$2,34	13,24%	R\$2,65
2.27	Cotação	DIFUSOR	Unid.	1,20	R\$71,37		R\$71,37	R\$85,64	13,24%	R\$96,98
2.28	Cotação	DISCO DENTADO	Unid.	0,12	R\$5,43		R\$5,43	R\$0,65	13,24%	R\$0,74
2.29	Cotação	DISPOSITIVO DE CONTROLE DE CARGA	Unid.	0,12	R\$2.606,46		R\$2.606,46	R\$312,78	13,24%	R\$354,19
2.30	Cotação	ENGRENAGEM	Unid.	0,60	R\$7,48		R\$7,48	R\$4,49	13,24%	R\$5,08
2.31	Cotação	ESTABILIZADOR BIVOLT 60Hz	Unid.	0,60	R\$349,90		R\$349,90	R\$209,94	13,24%	R\$237,74
3		Lista de peças de substituição elevadores COT								R\$ 22.593,80
3.1	Cotação	PLACA BASE ARCA II (PBCM)	Unid.	0,36	R\$2.039,76		R\$2.039,76	R\$734,31	13,24%	R\$831,55
3.2	Cotação	PLACA ELETRONICA CPU ARCA II	Unid.	0,36	R\$2.845,47		R\$2.845,47	R\$1.024,37	13,24%	R\$1.160,01
3.3	Cotação	QUADRO DE MANOBRA DO ELEVADOR COM SISTEMA DE DIAGNOSTICO	Unid.	0,24	#####		R\$58.633,44	R\$14.072,03	13,24%	R\$15.935,34
3.4	Cotação	BOTOEIRA PAVIMENTO COM 1 BOTAO	Unid.	0,60	R\$384,34		R\$384,34	R\$230,60	13,24%	R\$261,14
3.5	Cotação	PLACA ELETRONICA DO FREIO M33 PARA ELEVADOR	Unid.	0,48	R\$503,40		R\$503,40	R\$241,63	13,24%	R\$273,63
3.6	Cotação	VENTILADOR COM SUPORTE GF60-450 DA CABINA DO ELEVADOR	Unid.	0,60	R\$785,30		R\$785,30	R\$471,18	13,24%	R\$533,57
3.7	Cotação	CABO CONEXAO BOT.PISO	Unid.	1,20	R\$13,83		R\$13,83	R\$16,60	13,24%	R\$18,79
3.8	Cotação	PLACA ELETRONICA EXTENSAO 1 ARCA III PARA USO EM ELEVADOR	Unid.	0,24	R\$226,82		R\$226,82	R\$54,44	13,24%	R\$61,64
3.9	Cotação	SENSOR CSB COM CONECTOR	Unid.	1,20	R\$173,25		R\$173,25	R\$207,90	13,24%	R\$235,43
3.10	Cotação	INTERRUPTOR ORONA MAGNETICO CDB COM CONECTOR	Unid.	0,24	R\$162,74		R\$162,74	R\$39,06	13,24%	R\$44,23

3.11	Cotação	SENSOR CDA COM CONECTOR	Unid.	0,24	R\$166,24		R\$166,24	R\$39,90	13,24%	R\$45,18
3.12	Cotação	INTERRUPTOR ORONA MAGNETICO CMC/CEHI COM CONECTOR	Unid.	0,36	R\$184,62		R\$184,62	R\$66,46	13,24%	R\$75,26
3.13	Cotação	GR. POTENCIA GEARLESS COMPACT S/RESC.0 11A SIEMENS	Unid.	0,36	R\$1.315,23		R\$1.315,23	R\$473,48	13,24%	R\$536,18
3.14	Cotação	CONEXAO DE BOTOEIRA DE PISO ARCA II IR3=0,5 - ORONA	Unid.	0,24	R\$35,02		R\$35,02	R\$8,40	13,24%	R\$9,52
3.15	Cotação	IMAN DE PLASTICO ORONA	Unid.	0,24	R\$7,37		R\$7,37	R\$1,77	13,24%	R\$2,00
3.16	Cotação	IMAN DE PLASTICO STEM REF:MP P150-015 006	Unid.	0,24	R\$9,32		R\$9,32	R\$2,24	13,24%	R\$2,53
3.17	Cotação	IMAN PERMANENTE 080	Unid.	1,20	R\$9,12		R\$9,12	R\$10,94	13,24%	R\$12,39
3.18	Cotação	IMAN PERMANENTE 20X04X10 - ORONA	Unid.	1,20	R\$7,37		R\$7,37	R\$8,84	13,24%	R\$10,02
3.19	Cotação	RESISTENCIA DE FRENAGEM ED25% 600 OHM 1200W - ORONA	Unid.	0,60	R\$445,29		R\$445,29	R\$267,17	13,24%	R\$302,55
3.20	Cotação	SAI (NOBREAK) 500VA 230VAC 50/60HZ - ORONA	Unid.	0,24	R\$1.035,12		R\$1.035,12	R\$248,43	13,24%	R\$281,32
3.21	Cotação	PLACA ELETRONICA SETA PISO (VERMELHO)	Unid.	0,24	R\$195,82		R\$195,82	R\$47,00	13,24%	R\$53,22
3.22	Cotação	LUMINLUX T8 18W/865	Unid.	1,20	R\$8,38		R\$8,38	R\$10,06	13,24%	R\$11,39
3.23	Cotação	ENCODER PARA EIXO CONICO DA MAQUINA SEM ENGRENAGEM DO E	Unid.	0,24	R\$1.545,13		R\$1.545,13	R\$370,83	13,24%	R\$419,93
3.24	Cotação	CONJ. INTERRUPTOR	Unid.	0,60	R\$277,38		R\$277,38	R\$166,43	13,24%	R\$188,47
3.25	Cotação	INTERFONE PARA USO EM ELEVADOR PM412 - ORONA	Unid.	0,24	R\$902,02		R\$902,02	R\$216,48	13,24%	R\$245,15
3.26	Cotação	MOLA ORONA DE SEGURANCA DA PORTA DE PAVIMENTO PEQUENA	Unid.	0,60	R\$11,28		R\$11,28	R\$6,77	13,24%	R\$7,66
3.27	Cotação	INT. DIFER. ALTA INMUN. 4P 25A 300MA CLASE SI	Unid.	0,60	R\$630,41		R\$630,41	R\$378,25	13,24%	R\$428,33
3.28	Cotação	INTERRUPTOR ORONA AUTOMATICO 4P 10A CURVA C	Unid.	0,24	R\$139,12		R\$139,12	R\$33,39	13,24%	R\$37,81
3.29	Cotação	ROLINHO DE PORTA DA RAMPA DO ELEVADOR	Unid.	0,24	R\$6,38		R\$6,38	R\$1,53	13,24%	R\$1,73
3.30	Cotação	LUBRIFICADOR DE GUIA 8/9MM	Unid.	1,20	R\$59,49		R\$59,49	R\$71,39	13,24%	R\$80,84
3.31	Cotação	CONJUNTO VENTILADOR COM ELEVADOR COM SUPORTE NINGBO GF	Unid.	0,60	R\$716,73		R\$716,73	R\$430,04	13,24%	R\$486,98
3.32	Cotação	QUADRO DE COMANDO DO ELEVADOR COM SISTEMA DE DIAGNOSTI	Unid.	0,24	#####		R\$23.195,98	R\$5.567,04	13,24%	R\$6.304,18
3.33	Cotação	CONTADOR DE PULSO	Unid.	0,60	R\$150,43		R\$150,43	R\$90,26	13,24%	R\$102,21
3.34	Cotação	MICROINTERRUPTOR PARA FREIO DE ELEVADOR	Unid.	0,48	R\$626,41		R\$626,41	R\$300,68	13,24%	R\$340,49
3.35	Cotação	PLACA ELETRONICA DE CABINE 220V	Unid.	0,48	R\$668,98		R\$668,98	R\$321,11	13,24%	R\$363,63
3.36	Cotação	PLACA EXTENSÃO 4.0	Unid.	0,48	R\$242,59		R\$242,59	R\$116,44	13,24%	R\$131,86
3.37	Cotação	PLACA ELETRONICA PVTIL	Unid.	0,60	R\$284,43		R\$284,43	R\$170,66	13,24%	R\$193,26
3.38	Cotação	PLACA PESA-CARGA PPQR	Unid.	0,60	R\$982,33		R\$982,33	R\$589,40	13,24%	R\$667,44
3.39	Cotação	ENCODER PARA EIXO CONICO DA MÁQUINA	Unid.	0,24	R\$633,14		R\$633,14	R\$151,95	13,24%	R\$172,07
3.40	Cotação	PESADOR DE CARGA	Unid.	0,60	R\$684,21		R\$684,21	R\$410,53	13,24%	R\$464,88
3.41	Cotação	REGULADOR CONT-TECH	Unid.	0,24	R\$5.961,86		R\$5.961,86	R\$1.430,85	13,24%	R\$1.620,31
TOTAL - ANUAL										R\$ 47.804,99
TOTAL - MENSAL										R\$ 3.983,75

RODRIGO EMANUEL
BRUNO
CLEMENTE:03290333108

Assinado de forma digital por RODRIGO
EMANUEL BRUNO CLEMENTE:03290333108
Dados: 2021.08.18 18:01:55 -03'00'

ANEXO VI

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. Durante a vigência do contrato a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN SEGES/MP nº 05/2017 e suas alterações posteriores;

- 1.1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) contemplará 01(um) indicador e as respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização do contrato:

INDICADOR	AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS
-----------	-----------------------------------

2. O Indicador proposto implica em variável que está sob controle da Administração e permite a mensuração da qualidade e eficiência dos serviços contratados.
3. A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base no indicador proposto e utilizará o acordo de nível de serviços (OS), conforme modelos constantes deste anexo.
4. O resultado da avaliação mensal do indicador será entregue ao preposto da contratada até o 5º dia útil subsequente, para que a contratada possa emitir a fatura mensal dos serviços executados.
5. Os pagamentos por parte da contratante serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estabelecido.

INDICADOR	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Atendimento das Ordens de Serviços (OS) dentro do prazo programado.
Meta a cumprir	100% de atendimento das OS de acordo com o prazo programado.
Instrumento de medição	Ordem de Serviço (OS) eletrônica.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema e no local.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Número de OS não atendidas no prazo = X
Início de Vigência	Data de publicação no DOU.
Faixas de ajuste no pagamento	$0 < X < 2$ – 100% do valor a ser pago no mês. $2 \leq X < 5$ – 90% do valor a ser pago no mês. $5 \leq X < 8$ – 80% do valor a ser pago no mês.
Sanções	$8 \leq X < 10$ – multa definida no contrato. $X \geq 10$ – multa definida no contrato + rescisão contratual.
Observações	Os prazos de execução das “OS” serão definidos pelo fiscal do contrato da manutenção, juntamente com o preposto da empresa contratada.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Nº Processo		08206001312/2017-92	
Licitação			
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)		
B	Município/UF		Brasília - DF
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio		SINAPI - referência - agosto 2021 - cód .
D	Tipo de serviço		Continuado
E	Unidade de medida		HOMEM-HORA
F	Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida)		36
G	Nº de meses de execução contratual		12
ANEXO VII.1- Supervisão Técnica			
Mão-de-obra			
Módulo de Mão-de-obra vinculada à execução contratual Unidade de medida - tipos e quantidades			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Quantidade
	SUPERVISÃO TÉCNICA		1
2	Classificação Brasileira de Ocupações		2142-05 e 2143-05
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra			
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$9.121,24
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Supervisão Técnica
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		08/04/2021
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da remuneração		Valor (R\$)
A	Salário Base (Quantidade horas mensais)	3,00	155,48
B	Adicional de periculosidade	0%	-
C	Adicional de insalubridade	0%	-
D	Adicional noturno	0%	-
E	Adicional Hora Noturna Reduzida	0%	-
F	Outros	0%	-
Total da Remuneração			155,48
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 12,95
B	Férias e Adicional de Férias	2,78%	R\$ 4,32
	Subtotal	11,11%	R\$ 17,27
Total		15,20%	R\$ 34,55
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 31,10
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 3,89
C	SAT	3,00%	R\$ 4,66
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 2,33
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 1,55
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,93
G	INCRA	0,20%	R\$ 0,31
H	FGTS	8,00%	R\$ 12,44
Total		36,80%	R\$ 57,22
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor unitário	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 3,65	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 16,69	R\$ -
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ 0,00	R\$ -
D	Outros	R\$ 0,00	R\$ -
Total de Encargos e Benefícios			R\$ -
Quadro-Resumo - Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais		%	Valor (R\$)
2.	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	15,20%	R\$ 23,63
2.	GPS, FGTS e outras contribuições	36,80%	R\$ 57,22

2.	Benefícios Mensais e Diários		R\$	-
Total			R\$	80,85
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)	
A	Aviso Prévio Indenizado	3,93%	R\$	6,11
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,36%	R\$	0,56
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,18%	R\$	0,28
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,09%	R\$	0,14
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio	0,14%	R\$	0,22
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso PrévioTrabalhado	0,02%	R\$	0,03
Subtotal		5,61%	R\$	8,72
Total de Provisão para Rescisão		7,67%	R\$	16,06
MÓDULO 4 - SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS				
4.	Ausências Legais	%	Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Férias	8,33%	R\$	12,95
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,22%	R\$	3,45
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,07%	R\$	0,11
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,11%	R\$	0,17
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$	0,05
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$	-
Subtotal		10,76%	R\$	16,73
Total			R\$	16,73
4.2	Intrajornada	%	Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação Intervalo para repouso ou alimentação	0%	R\$	-
Total		0%	R\$	-
Quadro-Resumo - Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.1	Substituto nas Ausências Legais	10,76%	R\$	16,73
4.2	Substituto na Intrajornada	0%	R\$	-
Total de Custo de Reposição do Profissional Ausente		10,76%	R\$	16,73
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS				
5	Insumos Diversos		Valor (R\$)	
A	Uniformes		R\$	106,43
B	Materiais		R\$	-
C	Equipamentos		R\$	-
D	Outros (especificar)			
Total Insumos diversos			R\$	106,43
MÓDULO 6 - CUSTOS DIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - *LANÇADOS NO BDI 1				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual(%)	Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos	7,30%	R\$	27,41
B	Lucro	7,00%	R\$	26,29
C	Tributos	5,65%	R\$	21,22
	C.1. Tributos Federais - PIS/PASEP	0,65%	R\$	2,44
	C.2. Tributos Estaduais - COFINS	3,00%	R\$	11,27
	C.3. Tributos Municipais - ISS	2,00%	R\$	7,51
Total CUSTOS DIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			R\$	74,92
QUADRO-RESUMO DO CUSTO MENSAL POR EMPREGADO				
Mão de obra vinculada à execução contratual				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$	155,48
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$	80,85
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$	16,06
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$	16,73
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$	106,43
Subtotal (A + B +C+ D+E)			R\$	375,54

F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro* (Lançados no BDI 1)	R\$	74,92
Valor total mensal por empregado		R\$	450,46

ANEXO VII- SUPERVISÃO TÉCNICA			
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Nº Processo		08206001312/2017-92	
Licitação			
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)		
B	Município/UF		Brasília - DF
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio		SINAPI - referência - agosto 2021 - cód .
D	Tipo de serviço		Continuado
E	Unidade de medida		HOMEM-HORA
F	Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida)		324
G	Nº de meses de execução contratual		12
ANEXO VII.1- Supervisão Técnica			
Mão-de-obra			
Módulo de Mão-de-obra vinculada à execução contratual Unidade de medida - tipos e quantidades			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Quantidade
	Realização de manutenção		1
2	Classificação Brasileira de Ocupações		2142-05 e 2143-05
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra			
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$2.688,17
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Supervisão Técnica
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		08/04/2021
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da remuneração		Valor (R\$)
A	Salário Base (Quantidade horas mensais)	27,00	412,39
B	Adicional de periculosidade	0%	-
C	Adicional de insalubridade	0%	-
D	Adicional noturno	0%	-
E	Adicional Hora Noturna Reduzida	0%	-
F	Outros	0%	-
Total da Remuneração			412,39
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 12,95
B	Férias e Adicional de Férias	2,78%	R\$ 4,32
	Subtotal	11,11%	R\$ 17,27
C	Incidência do Submódulo 2.2 sobre 13º salário, férias e adicional de	4,09%	R\$ 6,36
Total		15,20%	R\$ 40,91
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 31,10
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 3,89
C	SAT	3,00%	R\$ 4,66
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 2,33
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 1,55
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,93
G	INCRA	0,20%	R\$ 0,31
H	FGTS	8,00%	R\$ 12,44
Total		36,80%	R\$ 57,22

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor unitário	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 3,65	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 16,69	R\$ -
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ 0,00	R\$ -
D	Outros	R\$ 0,00	R\$ -
Total de Encargos e Benefícios			R\$ -

Quadro-Resumo - Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais		%	Valor (R\$)
2.	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	15,20%	R\$ 23,63
2.	GPS, FGTS e outras contribuições	36,80%	R\$ 57,22
2.	Benefícios Mensais e Diários		R\$ -
Total			R\$ 80,85

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	3,93%	R\$ 6,11
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,36%	R\$ 0,56
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,18%	R\$ 0,28
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,09%	R\$ 0,14
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio	0,14%	R\$ 0,22
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso PrévioTrabalhado	0,02%	R\$ 0,03
Subtotal		5,61%	R\$ 8,72
Total de Provisão para Rescisão		7,67%	R\$ 16,06

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.	Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8,33%	R\$ 12,95
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,22%	R\$ 3,45
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,07%	R\$ 0,11
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,11%	R\$ 0,17
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ 0,05
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
Subtotal		10,76%	R\$ 16,73
Total			R\$ 16,73

4.2	Intrajornada	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0%	R\$ -
Total		0%	R\$ -

Quadro-Resumo - Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	10,76%	R\$ 16,73
4.2	Substituto na Intrajornada	0%	R\$ -
Total de Custo de Reposição do Profissional Ausente		10,76%	R\$ 16,73

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Uniformes		R\$ 106,43
B	Materiais		R\$ -
C	Equipamentos		R\$ -
	Outros (especificar)		
Total Insumos diversos			R\$ 106,43

MÓDULO 6 - CUSTOS DIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - *LANÇADOS NO BDI 1

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual(%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	7,30%	R\$ 46,17
B	Lucro	7,00%	R\$ 44,27
C	Tributos	5,65%	R\$ 35,73
	C.1. Tributos Federais - PIS/PASEP	0,65%	R\$ 4,11
	C.2. Tributos Estaduais - COFINS	3,00%	R\$ 18,97
	C.3. Tributos Municipais - ISS	2,00%	R\$ 12,65
Total CUSTOS DIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			R\$ 126,18

QUADRO-RESUMO DO CUSTO MENSAL POR EMPREGADO			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	412,39
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	80,85
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$	16,06
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	16,73
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$	106,43
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$	632,46
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro* (Lançados no BDI 1)	R\$	126,18
Valor total mensal por empregado		R\$	758,63

**BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI
GERAL**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,00%
2	SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS	0,88%
3	DESPESAS FINANCEIRAS	0,59%
4	TRIBUTOS	8,65%
5	LUCRO	6,16%
BDI ADOTADO		21,43%

DETALHAMENTO

2	SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS CONSIDERADO	TAXA (%)
2.1	Seguros + Garantias	0,32%
2.3	Riscos	0,56%
TOTAL		0,88%

4	TRIBUTOS CONSIDERADOS	TAXA (%)
4.1	ISS	3,00%
4.2	PIS	0,65%
4.3	COFINS	3,00%
4.4	CPRB (*1)	2,00%
TOTAL		8,65%

**BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI
EQUIPAMENTOS**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1,50%
2	SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS	0,86%
3	DESPESAS FINANCEIRAS	0,85%
4	TRIBUTOS	5,65%
5	LUCRO	3,50%
BDI ADOTADO		13,24%

DETALHAMENTO

2	SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS CONSIDERADOS	TAXA (%)
2.1	Seguros + Garantias	0,30%
2.3	Riscos	0,56%
TOTAL		0,86%

4	TRIBUTOS CONSIDERADOS	TAXA (%)
4.1	ISS (Porto Alegre/RS - 3%) x % mão de obra considerado (35%)	-
4.2	PIS	0,65%
4.3	COFINS	3,00%
4.4	CPRB (*1)	2,00%
TOTAL		5,65%

CÁLCULO DO BDI (*2)

$$BDI = \frac{(1+(AC+R+S+G))(1+DF)(1+L)}{(1-T)} - 1, \text{ onde:}$$

AC = Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central

R = Taxa representativa de Riscos

S = Taxa representativa de Seguros

G = Taxa representativa de Garantias

DF = Taxa representativa de Despesas Financeiras

L = Taxa representativa do Lucro/Remuneração

T = Taxa representativa da Incidência de Tributos

(*1) CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta): Alíquota definida pela lei 12.844/2013

(*2) Fonte: Acórdão Nº 2622/2013 - TCU - Plenário

**RODRIGO EMANUEL
BRUNO**

Rodrigo Emanuel Bruno Clemente

CLEMENTE:03290333108

Rodrigo Emânuel Bruno Clemente

Assinado de forma digital por
RODRIGO EMANUEL BRUNO

CLEMENTE:03290333108

Dados: 2021.08.18 18:00:49
-03'00'